



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010952-16.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Monitória - Obrigações**
 Requerente: **Costa e Goncalves Comercio de Residuos Organicos Ltda**
 Requerido: **Rei Frango Abatedouro Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Costa e Gonçalves Comércio de Resíduos Orgânicos Ltda. propôs a presente ação contra a ré Rei Frango Abatedouro Ltda., pedindo a condenação desta no pagamento da importância de R\$ 15.771,63, representada pelas notas fiscais e boletos de folhas 08/16, referentes à aquisição de "palha de arroz", cujos valores não foram adimplidos, apresentando o demonstrativo de folhas 04/05.

A ré ofereceu embargos monitórios de folhas 31/43, suscitando preliminar de ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. No mérito, requereu a improcedência da inicial e o acolhimento dos embargos, alegando em síntese, excesso de execução em razão dos encargos (juros) cobrados de forma abusiva.

Impugnação aos embargos às folhas 52/54.

Manifestação do Ministério Público às folhas 57.

Relatado o essencial. Decido.

Tratando-se de matéria de direito, o feito comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, sendo impertinente a dilação probatória.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

De início, indefiro a prova pericial requerida pela embargante porque desnecessária, tratando-se de simples cálculo aritmético.

Afasto a preliminar de ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, uma vez que o título é líquido, certo e exigível. As notas fiscais demonstram claramente o negócio efetuado entre as partes e o recebimento dos produtos foi devidamente comprovado por meio dos canhotos acostados às folhas 09, 12 e 15.

No mérito, procede o pedido inicial, sendo de rigor a rejeição dos embargos.

A relação jurídica havida entre as partes encontra-se demonstrada pela própria emissão das notas fiscais e o respectivo recebimento das mercadorias (**confira folhas 08/16**), o que não foi negado pela embargante.

A ré se insurgiu apenas com relação ao valor apontado pela embargada, alegando incorreção nos cálculos, apresentando a planilha de folhas 41.

Todavia, a planilha apresentada pela ré às 41 encontra-se incorreta no cálculo dos juros de mora. Confira:

(i) Nota Fiscal 000.000.138

Vencimento 11/09/2011

Valor principal: R\$ 2.325,60

Índice TJSP 09/2011: 46,007257

Índice TJSP 09/2016 : 65,885287

a) Atualização Monetária

$R\$ 2.325,60 \div 46,007257 \times 65,885287 = R\$ 3.330,40$

b) Juros de Mora: 59%

$R\$ 3.330,40 \times 59\% = R\$ 1.964,93$

$A + B = R\$ 3.330,40 + R\$ 1.964,93 = R\$ 5.295,33$


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

(ii) Nota Fiscal 000.000.141

Vencimento 02/10/2011

Valor principal: R\$ 2.242,00

Índice TJSP 10/2011: 46,214289

Índice TJSP 09/2016 : 65,885287

a) Atualização Monetária
 $R\$ 2.242,00 \div 46,214289 \times 65,885287 = R\$ 3.196,30$
b) Juros de Mora: 59%
 $R\$ 3.196,30 \times 58\% = R\$ 1.853,85$
 $A + B = R\$ 3.196,30 + R\$ 1.853,85 = R\$ 5.050,15$

(iii) Nota Fiscal 000.000.142

Vencimento 06/10/2011

Valor principal: R\$ 2.409,20

Índice TJSP 10/2011: 46,214289

Índice TJSP 09/2016 : 65,885287

a) Atualização Monetária
 $R\$ 2.409,20 \div 46,214289 \times 65,885287 = R\$ 3.434,66$
b) Juros de Mora: 58%
 $R\$ 3.434,66 \times 58\% = R\$ 1.992,10$
 $A + B = R\$ 3.434,66 + R\$ 1.992,10 = R\$ 5.426,76$

Total (i) + (ii) + (iii)

 $R\$ 5.295,33 + R\$ 5.050,15 + R\$ 5.426,76 = R\$ 15.772,24$

Assim sendo, de rigor a rejeição dos embargos e a procedência do pedido inicial, uma vez que o cálculo apresentado pela embargada encontra-se correto, não havendo qualquer erro.

Diante do exposto, rejeito os embargos monitorios, com fulcro no artigo

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

702, § 8º, do Código de Processo Civil, e acolho o pedido inicial, constituindo, de pleno direito os títulos representados pelas notas fiscais 000.000.138, 000.000.141 e 000.000.142, cujos valores atualizados e acrescidos de juros de mora até o ajuizamento da ação (setembro de 2016) importam em R\$ 15.772,24, devendo ser corrigido monetariamente e acrescido de juros de mora desde o ajuizamento da ação até o efetivo pagamento, resolvendo o mérito, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno a embargante ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% do valor da condenação, ante a ausência de complexidade.

Prossiga-se na forma prevista no Livro I, Título II, Capítulo III, do Código de Processo Civil.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 09 de janeiro de 2017.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**